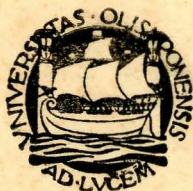


52-37-18-9

# REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

REVISTA  
TÔMO IX — 2.ª SÉRIE

FACULDADE DE LETRAS  
N.ºs 1 E 2



UNIVERSIDADE DE LISBOA



## SUBSTÂNCIA E EXISTÊNCIA

HÁ no pensamento contemporâneo um duplo problema que ocupa o primeiro plano da especulação filosófica e nos parece ser de importância central e de consequências fundamentais: o problema das regiões da realidade e o problema das categorias, com êle conexo. A história da filosofia mostra-nos que foi muitas vezes dedicado interêsse quer a um quer a outro problema entre si isolados, mas a sua conexão só hoje nos aparece clara e necessária. Esta conexão emprestou sentido novo a uma questão que, durante muito tempo, se supôs ter desaparecido da filosofia como velharia escolástica. O primeiro aspecto dêste duplo problema — o aspecto regional da realidade — foi muitas vezes pressuposto no carácter dicotómico, ou dualista, revelado desde cedo no pensamento ocidental, embora nem sempre o momento da sua diferenciação ontológica e da sua distinção gnoseológica coincidissem e respeitasse as fronteiras naturais das diferentes regiões. Por outro lado, o aspecto categorial do conhecimento foi sempre, mais ou menos, pôsto de lado, também no pensamento ocidental, devido à falta de justificação ontológica, que só a admissão do primeiro aspecto do problema pode fornecer. Ou se admitia como fundamental um dos estratos da realidade (e se subordinava tôda a especulação a uma visão unitária fundamentada nesse estrato) ou, partindo da visão teórica admitida como unitária, se procurava na realidade o seu correspondente ontológico necessariamente também unitário. Como a realidade oferecia resistência a estas formas de pensamento, adoptava-se, como auxiliar, qualquer princípio metafísico, cuja missão principal consistia em obscurecer as dificuldades encontradas. Como exemplo elucidativo desta atitude, pode citar-se o princípio da evolução,



no seu sentido moderno, cuja aplicação metafísica permitia a consideração de cada um dos estratos de que a realidade se compõe como simples tendência de transmutação no estrato tomado como protótipo: a matéria como tendência para o espírito ou o espírito como simples acidente da matéria. O princípio da causalidade e o princípio da finalidade, como meios de explicação transponente, serviram sempre também a mesma intenção.

A tendência realista do pensamento contemporâneo trouxe-nos, porém, a possibilidade de novos caminhos, talvez mais fecundos. Não que o realismo esteja isento do vício extensionista de que acusou o idealismo, mas porque nos deu outras possibilidades na busca dos limites teóricos da sua validade, na medida em que contestou os direitos do idealismo. O exemplo mais característico na história da filosofia é, a este respeito, o problema da substância. Substância foi considerada, desde Aristóteles, como categoria fundamental na determinação da realidade e como seu ingrediente primordial, isto é, uma noção com sentido simultaneamente ontológico e gnoseológico. No entanto, entendida no seu sentido ontológico, era a noção de substância demasiado vasta e, no seu sentido categorial, demasiado vaga. Outras dificuldades, porém, lhe são inerentes. Como conciliar, por exemplo, os dois aspectos contraditórios da permanência e da mutabilidade? Ou tudo é mutável ou tudo permanece, foi a conclusão das duas principais correntes do pensamento grego. Entendemos mutabilidade como diferenciação, como movimento, ou como modificação? E entendemos permanência como identidade, como estabilidade ou como inércia? Cada um destes aspectos dá nova conformação ao problema, embora a sua consideração geral, por demasiado geral, lhe tire o que é essencial a cada um deles. No entanto, o problema da permanência e da mutabilidade só tem sentido ontológico, quando a sua distinção lógica se atenua: só há permanência quando há mutabilidade e só há mutabilidade em algo que permanece. O problema da substância não exige, pois, identidade, estabilidade ou inércia do permanente. Cada um destes aspectos pode com ela coexistir, mas não é geral a necessidade da sua coexistência. A identidade, a estabilidade e a inércia, como a diferenciação, o



movimento e a modificação, são modos categoriais da existência. Mas «existência» é já, de per si, uma questão complexa, que só pode ser aclarada depois da respectiva situação valorativa das categorias fundamentais que a determinam. E estas são o espaço e o tempo.

\* \* \*

O espaço e o tempo foram considerados, ao longo da história, como elementos categoriais suficientes para o conhecimento da realidade. Realidade era o existente no espaço e no tempo. Todos os critérios determinativos do real partiam de considerações que implicavam, directa ou indirectamente, a noção de espaço. E como o espaço é mensurável, daí a conclusão fácil de que «realidade é o mensurável». Mas a instabilidade dos padrões de medida era, só por si, motivo suficiente para levar à conclusão de que o espaço está sujeito ao tempo e ao que nêle se revela: ao devir, à transformação e à diferenciação. E tudo isto seria consequência do tempo. Kant, em um passo considerado obscuro da *Crítica da Razão Pura*, afirma que o tempo, nêle próprio, se não modifica, mas sim só o que no tempo está. (*Von dem Schematismus der reinen Verstandesbegriffe*).

Recentemente, a simetria do espaço e do tempo foi estabelecida teòricamente. Já não era o espaço e já não era o tempo que importava considerar separadamente, mas sim a categoria mista do espaço-tempo. Com esta estreita conexão, atingiu-se o mais alto ponto na confusão preparada na história, e mais uma vez se invalidaram ou refutaram as considerações que podiam levar a admitir a diferenciação teórica das regiões da realidade. O que nesta atitude é inadmissível, não é apenas a fusão de duas categorias heterogêneas, mas a consequência ontológica imediatamente derivada: a admissão apenas de um estrato da realidade, como se fôsse toda a realidade. Daqui o predomínio da física, que é a ciência do espaço e do tempo, e a invalidação da ciência do espaço (geometria considerada como física) e da ciência do tempo (behaviourismo na psicologia), etc. O esquema pareceu apropriado e teve aura de definitivo. Já em uma comunicação altamente interessante do filósofo americano Montague, ao Congresso Descartes, em 1937, surge uma crítica sistematicamente



elaborada a esta posição. Para Montague há diferentes regiões da realidade, às quais se aplicam respectivamente as categorias do espaço, do espaço-tempo, do tempo-espaço e do tempo. O carácter predominantemente idealista da sua dedução, não chegou à determinação ontológica das regiões da realidade, mas o que êle apresentou com carácter principal, pode ser aqui transposto em conclusão. E assim, o que nos importa é saber quais as regiões da realidade a que essas categorias ou grupos de categorias dizem respeito.

Quanto ao espaço, houve sempre tendência a estender a sua aplicação possível, e, quanto ao tempo, pelo contrário, a diminuir a sua extensão, como aliás era consequência das considerações simétricas a que ambos foram submetidos. O ponto de equilíbrio, aquêle em que a extensão de ambos aparece idêntica, encontra-se teorizada em certa corrente do neo-kantismo, com a sua identificação injustificada e inadmissível do empírico e do transcendental da filosofia de Kant. É desde então que a expressão «espaço e tempo» surge como um duplo esquema de igual importância e de idêntica aplicação; mas há uma reflexão preliminar que invalida esta incorrecta interpretação da filosofia de Kant. O que Kant entende por espaço é diferente do espaço de que falam os modernos, e o que êle entende por tempo, no seu duplo sentido empírico e transcendental, é também diferente do que modernamente se entendeu. É freqüente encontrarem-se refutações da sua filosofia porque, por exemplo, as novas geometrias demonstram que o espaço não é tridimensional. É gratuita esta refutação. O que as geometrias não-euclidianas demonstram é que o espaço euclidiano não é adequado a tôda a realidade, mas tal demonstração estava já, aliás, contida na própria geometria euclidiana. A ilusão provinha do seguinte facto: como a geometria euclidiana exige um espaço a três dimensões e como o espaço real tem também, supostamente, três dimensões, concluiu-se que ambos os espaços — o geométrico e o real — eram idênticos, e que, uma vez demonstrado que outras dimensões pertenciam ao espaço geométrico, igualmente ao espaço real deveriam univocamente corresponder as mesmas dimensões. O êrro da analogia foi fecundo. Espaço geométrico e espaço real são heterogêneos; pode haver concordância sem haver necessidade



de identificar ambos, e isso mesmo sucede com a geometria euclidiana, que é útil para a compreensão parcial do espaço real.

Daqui pode-se concluir que a tendência de identificação a que a noção de espaço está sujeita é ilegítima. O espaço real, o espaço geométrico e o espaço ideal tem propriedades diferentes, sem ser necessária a unívoca correspondência de cada uma das suas propriedades com as propriedades de qualquer dos outros. Como critério de determinação da realidade, é também o espaço real insuficiente. Há regiões da realidade que não existem no espaço e que transcendem a esfera da sua jurisdição: a psique (a alma, na linguagem vulgar) e o espírito. Aqui o tempo surge como categoria predominante. Mas a distinção que fizemos a respeito do espaço tem também de ser feita relativamente ao tempo. Vimos já que a «grande descoberta» dos últimos decénios, a correlação do espaço e do tempo, tem apenas valor limitado: a região onde domina a simultaneidade. Mas o tempo nem sempre nos aparece nessa correlação. Há no tempo também sucessão e há também duração. Simultaneidade, sucessão e duração são aspectos ou modos diferenciados que a crítica não separou devidamente e nos quais surgem também as propriedades adequadas a outras regiões da realidade. Outras dificuldades, e algumas admiravelmente postas em relêvo por Agostinho, resultam da identificação do tempo com o movimento, mas esta identificação também não é válida. Há movimento no tempo, mas o tempo em si não é movimento, como já Kant afirmou no passo a que aludimos. O espaço tem, portanto, uma restrita base de aplicação como categoria determinativa da realidade, e o tempo tem, comparativamente, uma base muito mais vasta de aplicação. A simetria do espaço e do tempo é apenas útil em determinado sector do real — no mundo físico — mas nunca como critério geral. Há aspectos do tempo — a duração, por exemplo — sem significação espacial; e aspectos do espaço sem sentido temporal.

\* \* \*

Voltemos ao problema da substância. Se admitimos um espaço como conceito genérico e um tempo também genérico, e



ambos igualmente extensos, teremos forçosamente de admitir algo subsistente e algo mutável. O mutável seria uma consequência do tempo; o subsistente algo a que o espaço garantiria a existência. Mas também aqui se encontra uma aporia artificial. O subsistente e o mutável não se excluem, como já vimos. Só há mutação naquilo que permanece. A dificuldade d'êste problema foi posta em relêvo por Heraclito e sempre a especulação posterior seguiu apenas um dos lados da dicotomia, sem notar que, da sua natureza lógica, é ilícito tirar consequências ontológicas. A substância é, no mundo físico, apenas a inércia da região da realidade a que chamamos matéria. Quando se estende esta categoria, criam-se dificuldades, mas a refutação dessas dificuldades não invalida a verdade da sua adequação limitada. A permanência da vida não é substancial, sem que daqui se possa tirar qualquer conclusão negativa aplicada ao estrato fundamental da realidade. O mesmo se aplica à psique e ao espírito. As suas formas de subsistência são diferentes e têm outro grau de complexidade. É que os graus de existência que pertencem ao físico, ao orgânico, ao anímico e ao espiritual, não se deixam reduzir nem planificar. A noção de substância foi invalidada porque se lhe emprestou carácter demasiado geral e era fácil refutar a sua extensão exagerada, embora Hegel se referisse a substâncias de natureza vital e espiritual para manter coerência sistemática. A noção de existência que, em parte, substituiu a de substância, herdou desta o carácter demasiado geral. Tinha a vantagem de não possuir qualquer sentido ontológico inerente, mas nem por isso deixou de revelar a sua inadequação, quando aplicada a tôdas as regiões da realidade. A noção de existência foi dada indevidamente a mesma extensão que a noção de substância possuía, mas a sua redução empreendida na filosofia alemã é mais um passo na diferenciação pluralista da especulação actual. Não tem sentido refutar-se a noção de substância por demasiado extensa e, ao mesmo tempo, substituí-la por outra que repõe as coisas, pouco mais ou menos, na situação anterior.

DELFIN SANTOS.

## ÍNDICE SUMÁRIO DO TÔMO IX

### Estudos doutrinários:

	Págs.
LUÍS SCHWALBACH — <i>A contingência da situação geográfica</i> . . . . .	5
JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO — <i>A acção geográfica das águas subterrâneas</i>	12
ELZA PAXECO — <i>Camões e Elisabeth Barret</i> . . . . .	26
VITORINO MAGALHÃES GODINHO — <i>A România e a crise do século III —</i> <i>Tentativa de interpretação</i> . . . . .	39
FREDERICO LARANJO — <i>Subsídios para o estudo comparativo da balada</i> <i>inglês e do romance popular português</i> . . . . .	59
GERALD M. MOSER — <i>O Cavaleiro de Oliveira na Inglaterra</i> . . . . .	85
DELFIN SANTOS — <i>Substância e existência</i> . . . . .	104
A. DE OLIVEIRA CABRAL — <i>Aspectos e problemas do «Fausto» de Marlowe</i>	110

### Conferências do Curso de Extensão Universitária da Faculdade de Letras de Lisboa:

REINALDO DOS SANTOS — <i>O significado da pintura portuguesa do século XVII</i> . . . . .	131
HERNANI CIDADE — <i>«Os Lusíadas e os poemas do Renascimento»</i> . . . . .	151
VIEIRA DE ALMEIDA — <i>Dispersão do pensamento filosófico português</i> . . . . .	171
DÉLIO NOBRE SANTOS — <i>Valor estético da poesia na literatura portuguesa moderna</i> . . . . .	183
PAULO QUINTELA — <i>As «Barcas» de Gil Vicente</i> . . . . .	211
ORLANDO RIBEIRO — <i>A terra, a gente e as origens da nacionalidade</i> . . . . .	238
JOAQUIM DE CARVALHO — <i>O pensamento português da Idade Média e do Renascimento</i> . . . . .	243
<i>Sumário das lições de Literatura Portuguesa do Prof. Vitorino Nemésio no Curso de Extensão Universitária de 1942</i> . . . . .	253

### Ensaaios e Notas:

VITORINO MAGALHÃES GODINHO — <i>Notas de História de Expansão</i> . . . . .	263
---	-----

### Vida da Faculdade:

FERREIRA DE ALMEIDA — <i>Actividade cultural da Faculdade</i> . . . . .	270
---	-----



**Bibliografia :**

- CABRAL DE MONCADA—*Universalismo e Individualismo na concepção do Estado*:  
*S. Tomás de Aquino* (Delfim Santos), pág. 275. — LÖTHAR THOMAS, *Aus der Geschichte der Philosophie in Portugal* (Delfim Santos), pág. 278. —  
 JEAN PIAGET, *Language and Thought of the Child* (Delfim Santos), pág. 279.  
 — PADRE MOREIRA DAS NEVES, *Guerra Junqueiro* (Antônio Saraiva), pág. 279.  
 — HERBERT READ, *Art now* (Ferreira de Almeida), pág. 281 — DANIEL RUSP,  
*Mystiques de France* (J. do Prado Coelho), pág. 284 — EMÍLIO PLANCHARD,  
*A pedagogia escolar contemporânea* (J. do Prado Coelho), pág. 285. —  
 ERNEST RANDOLPH REYNOLDS. *Inês de Castro* (A. de Oliveira Cabral), pág. 286.  
 — RAINER MARIA RILKE, *Poemas*, trad. de Paulo Quintela (A. de Oliveira Cabral), pág. 287. — WILLIAM J. ENTWISTLE, *The Spanish Language Together with Portuguese, Catalan and Basque* (Elza Paxeco), pág. 293. — RICHARD PAGET, *Human Speech* (Elza Paxeco), pág. 295. — HERNANI CUADE, *Luis de Camões. A vida e a obra lírica* (Antônio Saraiva), pág. 296. — JOÃO GASPAR SIMÕES, *Caderno de um romancista* (J. Prado Coelho), pág. 297. — VIEIRA DE ALMEIDA, *Introdução à Filosofia* (J. P. C.), pág. 298 — GIL VICENTE, *O velho da Horta*, prefácio, notas e glossário de João de Almeida Lucas (J. P. C.), pág. 298. — PADRE MOREIRA DAS NEVES, *Inquietação e Presença* (J. P. C.), pág. 299. — RAÚL MACHADO, *Cristo, Sinal de Contradição* (Pinto de Carvalho), pág. 300. — *Resenha Bibliográfica*, pág. 302.